

Ornellas se preocupa com as mulheres

— Se a saúde é um direito inalienável dos cidadãos, ele é ainda mais inalienável quando se trata da mulher, geratriz e base da família — afirma o ex-governador José Ornellas, candidato ao Senado pelo Partido Liberal, a propósito da segunda Conferência Nacional de Saúde da Mulher, que se realiza em Brasília, tendo em vista a unificação do atendimento à mulher.

Como constituinte, Ornellas pretende desmistificar as desigualdades que, na prática, ainda existem em relação à mulher no Brasil. Entende que todas as constituições consagraram o “todos serão iguais perante a Lei”, mas ainda hoje há tratamentos desiguais para a mulher e as minorias no conjunto de oportunidades oferecido pela nossa sociedade.

Ornellas lembra que, em seu governo, tentou reduzir, por exemplo, a distância que havia entre a assistência prestada à mulher urbana e aquela que mora ou exerce sua atividade no campo: criou onze postos rurais de saúde, onde a assistência à mulher era uma de suas ênfases.

— A unificação dos serviços de saúde, proposta no marco da reforma sanitária — afirma Ornellas — e um objetivo que não pode perder de vista a descentralização da assistência a níveis regional e local. Nós reunimos, através de convênio, apoios da LBA e do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Inan, para dar assistência nutricional principalmente à mulher gestante, que, a meu ver, é por onde começa todo o problema de saúde entre as populações carentes, no Brasil.

O candidato do PL ao Senado entende que o futuro Congresso terá um papel fundamental na defesa dos direitos da mulher, não só pela maior participação do elemento feminino, como pela pressão de opinião pública que, numa democracia, pode ser exercido pela mulher consciente dos seus direitos.

— Há o problema do controle da natalidade, que eu entendo ser um direito da mulher. Como senhora de seu corpo, ela é que deve decidir se evita ou não o filho, se limita ou não a família — diz Ornellas. É claro que a grande massa deve ser conscientizada desse papel. Não se pode esquecer que o Brasil ainda é um país com grandes vazios demográficos e, assim, o Estado não deve ser levado a uma exacerbada interferência no planejamento familiar.

Ornellas entende inclusive que o Brasil, atualmente, até estimula o aumento da população, através de incentivos como o salário-educação e o abono-família. O contrário ocorre na China, onde o governo cortou todos os estímulos e até criou alguns no sentido inverso — para levar as famílias a praticarem a limitação de número de filhos.